

## É PROPAGANDA MESMO, PRESIDENTE.

Andréia da Silva Daltoé<sup>1</sup>

Com Pêcheux, aprendemos que a história não é cronológica; é uma disciplina de interpretação (2006, p. 42). Para Robin (2016, p. 31), o passado nunca está livre; é gerido, contado, comemorado, odiado; nós o inventamos e o reconfiguramos para fins políticos, religiosos e nacionais. Said (2011, p. 34) nos fala da sempre incerteza: se o passado é de fato passado, morto e enterrado, ou se persiste, sob outras formas. Com Marx (2011, p. 25), emendando a frase de Hegel, a história se repete primeiro como tragédia, depois como farsa. E com Pêcheux e Gadet (2011, p. 100), sabemos que o próprio sistema linguístico permite “deslocamentos históricos dentro do campo das formulações possíveis” e, por sua vez, a memória (PÊCHEUX, 2010, p. 56) “não é um frasco sem exterior”; é sempre um espaço móvel de divisões, deslocamentos, conflitos e regularização.

Mobilizamos tais excertos, essenciais porque tocam a questão da memória e da história, para discutir aqui um dos modos do funcionamento do discurso político atual que vem nos cobrando reflexão: aquele que evoca, a todo tempo, a memória da Ditadura.

Procurando organizar o *non sense* destes tempos, trago então alguma leitura que tenta acompanhar este fio da história que vem e volta, perguntando-me como os sentidos da Ditadura enredam passado, presente e futuro, e, principalmente, a que tudo isso serve no atual momento da política brasileira?

Não seriam poucas as materialidades a respeito que poderíamos trazer, mas vamos a abril de 2019, quando o Presidente da República ordenou que o Ministério da Defesa fizesse “as comemorações devidas” ao 31 de março de 1964, início da Ditadura no Brasil. Diante da forte repercussão (indo, inclusive, parar na Justiça), o Presidente volta em suas palavras e emenda: “Não foi *comemorar*, foi *rememorar*, rever o que está errado, o que está certo e usar isso para o bem do Brasil no futuro”. Independentemente de ter sido o próprio ou algum assessor que recomendou o “conserto”, como quem resolve um mal-entendido, interessa-nos pensar seu funcionamento e o modo como esta memória se atualiza no agora.

De comemorar para rememorar, o Presidente continua não escondendo nada, afinal, *memorar* é sinônimo de *celebrar*, *festejar* e, neste caso, rememorar é festejar de novo. Continuamos na mesma cadeia de sentidos: não é um eufemismo. E se sinônimos não são para o Presidente; para nós, antônimos também não. Tanto *comemorar* quanto *rememorar* filiam tal declaração a uma ilegalidade, a um decoro, mas nada acontece e tudo se escancara diante dos nossos olhos: o atual Presidente sempre elogiou a Ditadura, portanto nada mais normal seria do que institucionalizar a festa.

---

<sup>1</sup> Doutora em Letras pela UFRGS. Professora do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Linguagem – PPGCL, Universidade do Sul de Santa Catarina - UNISUL.

O prefixo RE de rememorar, de origem latina, traz o sentido de *repetição, retrocesso, movimento para trás, regresso, recuo*. *Recuo* bem poderia servir para explicar o tanto que esta equipe volta em declarações ou postagens nas redes sociais dependendo da polêmica gerada. Mas não nos referimos aqui a este tipo de *recuo*, em que o sujeito se julga na capacidade de dominar o alcance de suas palavras para corrigi-las, como quem domina a direção do sentido. Interessa-nos pensar *recuo* na dupla função desta narrativa sobre a Ditadura: voltar aos sentidos do passado para reescrevê-lo/inventá-lo como heroico; ou para nos lembrar que sempre se pode “usar isso para o bem do Brasil no futuro”, como termina a justificativa do Presidente.

Nosso objetivo nesta comunicação é, portanto, discutir os efeitos deste discurso que alimenta os sentidos da Ditadura enquanto propaganda de governo, um *negócio estratégico*, que se faz com imagens e palavras, sentimentos, ideias e gestos (PÊCHEUX, 2011c, p. 74).

De início, consideramos que, diante de agenda ultraliberal, cujas políticas, em atendimento ao capital internacional e aos interesses da burguesia capitalista, espremam o Estado, quanto mais ameaçar e anestesiar a população melhor. É assim que os sentidos de outrora vão sendo atualizados com sucesso: se antes foi necessária a Ditadura para não virarmos uma Cuba; agora fomos salvos por este governo para não virarmos uma Venezuela. O Comunismo ganha novas formas, mas continua servindo perfeitamente como o inimigo comum a ser combatido. São marcas, portanto, do que Pêcheux (2011c) traz como “*condições de exercício das propagandas políticas, através de uma longa série de tentativas de emprestar, tomar a palavra, desviar, virar, desnaturar as bases práticas do adversário de classe, segundo um princípio que não parou de ecoar historicamente entre a burguesia e o proletariado*” (grifo do autor).

Tomamos, portanto, a eficácia deste discurso que alimenta o medo da Ditadura em seu funcionamento ambíguo: ou se tenta refazer o trajeto de leitura do passado, defendendo o tudo que lá era melhor, já que isso serve a políticas autoritárias e arbitrarias do presente; ou, em não sendo possível negar a tragédia deste passado, usa-se isso como ameaça de futuro: “se pelo bem do Brasil no futuro, podemos nos servir da Ditadura”, diz o pai; “se a esquerda for para as ruas como no Chile, teremos que entrar com o AI-5”, disse o filho.

Para nós, esta ambiguidade fortalece uma lógica disjuntiva em que, diante da chamada crise da Democracia, só nos resta a Ditadura como saída. Uma disjunção interessante, porque, segundo Hirsch (2019, p. 81-82), quando falamos em crise da democracia, deixamos de pensar em crise da política dominante liberal-capitalista, que, no entanto, não pode convocar outra alternativa ao capitalismo que não o próprio capitalismo. Trata-se de uma crise ideológica do modelo social dominante, conforme a autora (2019, p. 86), aproveitada pelos partidos e movimentos de direita para atacar não o neoliberalismo em si, mas “a democracia e o estado de direito em tons autoritários, nacionalistas e racistas”. Para Paulani (2019, p. 55), essa crise, que tem efeitos devastadores sobre a renda, o emprego, a desigualdade e a miséria, joga com a “criação de um clima de terror que possibilita a aprovação, praticamente sem contestação, de tudo aquilo que fortalece o projeto ultraliberal”. É assim que o medo surge como organizador social e, frente a qualquer

ameaça à segurança da nação, é aliciado nos construtos simbólicos que prometem a integração da sociedade, sua ordem, sua paz: a Ditadura se preciso for.

Tocamos, então, a questão do pré-construído, que, em Pêcheux (2011a, p. 142), remete não a implícitos recuperáveis no sistema linguístico, mas que se organiza no fio do discurso a partir do modo como encontram lugar para se dizer no calor do acontecimento.

Para o autor (2010, p. 52), produz-se aí uma outra série sob a primeira e faz aparecer uma nova série que não estava constituída; “o acontecimento, no caso, desloca e desregula os implícitos [da] regularização anterior”. Isso porque, haveria “sempre um jogo de força na memória, sob o choque do acontecimento” (2010, p. 53), apontando para o fato de que toda regularidade discursiva “é sempre suscetível de ruir sob o peso do acontecimento discursivo novo, que vem perturbar a memória”, deslocando e desregulando os implícitos (2010, p. 52).

Na leitura que empreendemos, parece ser possível ver o pré-construído funcionando neste deslocamento no interior do formulável, servindo a pressuposições que abriguem uma narrativa outra, adulterada, mas sempre possível de encontrar um lugar, afinal, a política constrói sua própria lógica. É o pré-construído, segundo Pêcheux (1988, p. 102), como o impensado do pensamento; como o efeito da opacidade que marca o momento em que os implícitos não são mais reconstrutíveis (2010, p. 53); e o já-dito não mais recuperado na linearidade do enunciado, mas determinado, também segundo o autor (1988, p. 190), pela própria história da produção dos conhecimentos, que não está nem acima, nem separada da luta de classe.

A narrativa de que tratamos aqui se marca por esta luta ideológica, que não tem nada a ver com um mal entendido semântico; é uma luta pelo sentido das palavras, sobre o qual as classes sociais têm se confrontado ao longo da história (2011b, p. 273). Isso poderia ser explicado pelo funcionamento da Língua de Estado, que, segundo Pêcheux (2011c, p. 86), representa uma estratégia de discurso obstinada em evacuar qualquer contradição e a mascarar a existência das relações de classe. Todavia, nunca se escancarou tanto tais objetivos, e tudo vem sendo dito impunemente.

Há 20 anos, o então hoje Presidente já falava: “Tem que matar 30 mil”; “Sou favorável à tortura”; “[...] pau de arara funciona”; “Através do voto, você não muda nada no país” (entrevista ao Programa Câmara Aberta, 1999); ou quando declarou o voto a favor do impeachment de Dilma em homenagem ao Coronel Ustra. E não está sozinho: o ex-Ministro da Educação (que achávamos que não poderia ter pior...) chegou a propor a revisão dos livros de História, trocando *golpe* por *decisão soberana da sociedade brasileira*; *Ditadura por regime democrático de força*.

Enfim, enquanto nos distraímos com a “política do performativo” (PÊCHEUX, 2011c) e nos escandalizamos com o modo como o estado de Direito se desmantela a olhos vistos, pressupostos e princípios ditatoriais e totalitários vão sendo implementados aqui e ali. E o pior, não precisam vir na forma de um decreto ou de uma lei, ou mandando “um cabo e um soldado” como afirmou um dos filhos do Presidente, referindo-se ao STF. Podem vir de forma sutil, vil e silenciosa, mostrando que a Ditadura hoje

não precisa chegar pela força: chega em nomeações de pessoas não preparadas para os cargos; chega em políticas públicas que segregam, (des)matam, aniquilam, chega em deliberações arbitrárias que objetivam o aparelhamento do Estado. Como é o caso que trazemos a seguir, em que procuraremos, pela materialidade da língua, pelo jogo engendrado pela sintaxe, mostrar o funcionamento destas políticas que atualizam todos os dias a memória da Ditadura. Trata-se de um ofício-resposta da CAPES que justifica à proponente do evento, Professora da UFSC<sup>2</sup>, a negação ao pedido de fomento:



Ministério da Educação - MEC  
Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES  
Setor Bancário Norte, Quadra 2, Bloco L, Lote 06  
CEP 70.040-031 - Brasília, DF

Brasília, 11 de Junho de 2019

Prezado(a) Professor(a) [REDACTED]

Informamos que após análise da solicitação referente ao evento VIII Congresso Internacional Constitucionalismo e Democracia: Decolonialidade, pluralismo jurídico e alternativas ao desenvolvimento, a consultoria *ad hoc* manteve o parecer de não recomendação de acordo com a descrição abaixo:

Organizadores e Palestrantes de elevada relevância para a comunidade de militância política na área do direito. O aspecto negativo é a necessidade de recorrer aos cofres públicos para a realização de congresso que não apenas voltado à construção científica, mas também à crítica política. A CAPES não pode destinar verbas públicas para eventos, publicações ou formação de cunho político ou partidário.

A Capes permanece à disposição de V.Sa. para novas solicitações em outras oportunidades.

Atenciosamente,

CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

Setor Bancário Norte (SBN), Quadra 2, Bloco L, Lote 06

Edifício Capes - CEP: 70.040-020 Brasília - Distrito Federal

Atenção: Esta mensagem foi enviada automaticamente pelo Sistema de Avaliação de Propostas (SAP) e não deve ser respondida.

Nesta comunicação oficial, nada parece estar disfarçado. Se é feita de Língua de Estado, não parece se preocupar em mascarar nada: afinal, é necessário barrar eventos como estes que, pelo próprio título, termos como *Democracia, Decolonialidade, pluralismo jurídico, alternativas ao desenvolvimento* (capitalista?) só poderiam inscrever a atividade na categoria de “balbúrdia”, como nomeia o atual Ministro da Educação.

Seguindo a leitura e confirmando que o sentido não está preso nas palavras, a leitura de “*Organizadores e Palestrantes de elevada relevância para a comunidade de militância na área do direito*” bem poderia, para nós, se endereçar para um parecer favorável, uma vez que não haveria mal algum em militar politicamente na área de Direito. Isso, porém, se a formação discursiva que abriga tais sentidos não fosse outra, na qual a palavra *militância* remete a sentido negativo, de criminoso, terrorista, etc. E aí abrimos os parênteses: Como a CAPES sabe desta “relevância na militância”? Só pelo título do evento? Pelas abas preenchidas na Plataforma? Teria sido pelas nossas postagens nas redes sociais ou pelos títulos de trabalhos registrados em nosso Lattes?

---

<sup>2</sup> Omitiremos o nome da professora que, gentilmente, nos cedeu cópia do documento e concordou com sua publicação.

Mas, enfim, passemos ao enunciado-chave de nossa análise, aquele que julgamos apontar, conforme LEANDRO-FERREIRA (2019, p. 16), para “o fantasma da língua que irrompe com suas armadilhas, nos pregando peças, a nós, os incautos”, qual seja: “*O aspecto negativo é a necessidade de recorrer aos cofres públicos para a realização de congresso que não apenas voltado à construção científica, mas também à crítica política*”.

E do enunciado, queremos destacar o papel dos operadores argumentativos *não apenas/mas também*, que indicam, numa relação de paralelismo sintático/semântico (GARCIA, 2000), a soma de duas ideias, aqui apresentadas na forma de duas orações adjetivas para determinar o tipo de congresso que não pode receber fomento: que se volta à construção científica + que se volta à crítica política. Se nos limitarmos a uma leitura literal, teríamos um enunciado absurdo, afinal, mesmo que se considerasse “válido” negar a crítica política, como negar um evento que trate de conhecimento científico numa universidade? Poderíamos pensar que houve aí uma dificuldade em perceber a diferença semântica entre os conectivos, e que o enunciado poderia ter sido construído das seguintes maneiras:

- a) *O aspecto negativo é a necessidade de recorrer aos cofres públicos para a realização de congresso que não apenas voltado à construção científica, mas também à crítica política*”.
- b) *O aspecto negativo é a necessidade de recorrer aos cofres públicos para a realização de congresso que não apenas voltado à construção científica, mas também à crítica política*”.

Ambas as construções seriam possíveis se considerarmos a formação discursiva (FD) em que este discurso se inscreve: aquele que abriga os planos de destruição da educação no presente momento. Em (a) teríamos a ideia de que, pela leitura do projeto, tal evento apenas se destinaria à crítica política, faltando a questão do conhecimento científico; em (b), que se admitiria um evento voltado ao conhecimento científico, mas o problema é que também visa à crítica política. Não queremos dizer com isso que o problema foi um simplesmente um descuido gramatical, algo que se resolveria com uma boa assessoria de língua portuguesa. Pensamos que as alternativas acima poderiam até ter funcionado para se adequar ao que é, em alguma medida, plausível de se aceitar, novamente apenas se se considerar a FD com a qual este discurso se identifica. Queremos apenas daí tirar proveito do não dito do enunciado em questão e perceber que todas as alternativas acabam entregando a farsa de uma preocupação com a educação. As alternativas (a) e (b) nos servem para pensar as possibilidades da construção do enunciado, as alternativas que possibilitam o funcionamento do esquecimento nº 2 (PÊCHEUX, 1988), mas o que engendra o jogo é justamente a construção presente na justificativa da CAPES, que nos permite pensar o modo como o ideológico atravessa a língua e a constitui, denunciando, neste caso, o que realmente se quer da educação no País: nada de conhecimento científico + nada de prática política.

Considerando que este enunciado não está fora das condições histórico-sociais deste discurso, não se está censurando só a crítica política, mas o saber científico, a educação como um todo. Os cortes nos financiamentos e nas bolsas, o congelamento dos gastos com políticas públicas em 20 anos, nomeações de pessoas não preparadas para as funções... já produzem estragos gigantes. E não são um erro, são um

projeto, afinal, para implementar políticas neoliberais de aniquilamento das riquezas naturais, por exemplo, a ciência só atrapalha. Precisa-se de uma educação que contribua com a “ignorância das causas que nos determinam” (PÊCHEUX, 2014, p. 310) no interior da formação capitalista, contribuindo, segundo o autor (2011b, p. 264), “com que as massas aceitem as economias, as limitações, as restrições... pelo interesse de todos, naturalmente!”.

Assim, por mais que julguemos que o *mas também* não faça sentido na construção sintática acima, porque consideramos, conforme Pêcheux (1988), que a prática científica não pode estar dissociada da prática política, sabemos, também com o autor, que a política obedece à sua própria lógica, e isso “tem efeitos na linguagem, e não são desconexos” (2011b, p. 252). É assim que a sintaxe deixa de ser analisada enquanto estrutura e passa a ser compreendida como um jogo que engendra a língua, a história, o ideológico, o inconsciente. Para nós, pode ser entendida, segundo Leandro-Ferreira (2019, p. 16), como pista da “tensão constante entre o dito e o não-dito, entre o que quis dizer e o que escapa do dizer, provocando mal-entendidos, subentendidos, equívocos”.

O conectivo que destacamos pode ser pensado, portanto, como a marca do modo como inconsciente e ideologia afetam a língua sem que se tenha controle sobre isso, e o parecer da Capes como um todo é mostra de como a educação vive tempos de censura, confirmando que as práticas da Ditadura sempre estiveram por aí e agora passam a ser implementadas sob a justificativa de que não a universidade ou a escola não é lugar de discussão política.

Por mais que a sombra da Ditadura sempre esteve por aí, suas práticas têm sido potencializadas neste momento da cena política, sob o trabalho de uma grande propaganda de governo, cuja arma ideológica tira proveito desta herança: não é só falar da Ditadura, é dar-lhe um outro enredo e atualizá-la no presente.

## REFERÊNCIAS

- GARCIA, O. M. *Comunicação em Prosa Moderna*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.
- HIRSCH, Joachim. Crise da democracia: qual crise? *Margem Esquerda Revista da Boitempo*, São Paulo, n. 32, 1 sem. 2019.
- LEANDRO-FERREIRA, M. C. Os andaimes suspenso de Michel Pêcheux. In: MITTMANN, S.; CAMPOS, L. J. (org.). *Análise do Discurso: da inquietude ao incômodo lugar*. Campinas, SP: Pontes Editores, 2019.
- LÖWY, Michael. Da tragédia à farsa: o golpe de 2016 no Brasil. In: *Por que gritamos golpe? Para entender o impeachment e a crise política no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2016.
- MARX, Karl. *O 18 de Brumário de Luís Bonaparte*. São Paulo: Boitempo, 2011.
- PAULANI, Leda M. Bolsonaro, o ultraliberalismo e a crise do capital. *Margem Esquerda Revista da Boitempo*, São Paulo, n. 32, 1 sem. 2019.
- PÊCHEUX, M. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Campinas/SP: Editora da UNICAMP, 1988.
- PÊCHEUX, M. *O discurso: estrutura ou acontecimento*. Campinas, SP: Pontes Editores, 2006.



PÊCHEUX, M. Papel da Memória. *In:* ACHARD, P.; DAVALLON, J. (org.). *Papel da Memória*. Campinas, SP: Pontes Editores, 2010.

PÊCHEUX, M. Leitura e Memória: Projeto de Pesquisa. *In:* ORLANDI, Eni (org.). *Análise de Discurso: Michel Pêcheux*. Campinas, SP: Pontes Editores, 2011a.

PÊCHEUX, M. As Massas Populares são um Objeto Inanimado? *In:* ORLANDI, Eni (org.). *Análise de Discurso: Michel Pêcheux*. Campinas, SP: Pontes Editores, 2011b.

PÊCHEUX, M. Foi “Propaganda” Mesmo que Você Disse? *In:* ORLANDI, Eni (org.). *Análise de Discurso: Michel Pêcheux*. Campinas, SP: Pontes Editores, 2011c.

PÊCHEUX, M.; GADET, F. A língua inatingível. *In:* ORLANDI, Eni (org.). *Análise de Discurso: Michel Pêcheux*. Campinas, SP: Pontes Editores, 2011.

ROBIN, Régine. *A memória saturada*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2016.

SAID, Edward. W. *Cultura e imperialismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.